



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

3240

Presidente da Mesa Diretora: Carlos Welth Pimenta de Figueiredo

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Impostos, multas e taxas

Autoria: Executivo Municipal

Data: 27/04/1989

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 15/89. Autoriza o Poder Executivo a cancelar os débitos relativos à Taxa de Pavimentação Urbana e de contribuição de melhoria para determinados contribuintes e dá outras providências. (Referente à Lei nº 1.780, de 22/05/1989).

Controle Interno – Caixa: 13

Posição: 11

Número de folhas: 11

Especie: PL
Categoria: Impostos e taxas
Cl. 13
Ordem: 11
Nº fls: 06

Lei Nº 1780, 22.05.89

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº

15/89

Autor: Prefeito Municipal

Assunto:-

Cancelando débitos relativos a taxa de pavimentação, urbana e contribuição de melhoria e outras providências. (pessoas que sejam proprietários de apenas 01(UM) imóvel e que auferam mensalmente renda de até 03 (três) salários-mínimos.

Caixa

MOVIMENTO

- 1 Recebido em 27.04.89
- 2 À Com. de Leg. e Justiça em 27.04.89
- 3 Aprovado em 1ª D - 09.05.89
- 4 À Com. de Finanças - 09.05.89
- 5 Aprovado em 2ª D, pelo
- 6 plenário - 16.05.89
- 7 À Com. de Redação - 16.05.89
- 8 Aprovado em 3ª D - 18.05.89
- 9 À sanção - 18.05.89
- 10 Arquivado -



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - MG

Em, 26 de Abril

de 19 89.

Of. N.º :2604/89

Assunto :Envia Projeto de Lei

Serviço :Sec. Governo.

Senhor Presidente,

A crise econômica e financeira por que passa a Nação, nos dias de hoje, e, principalmente o povo dessa cidade, nos leva a reapresentar a essa Casa Legislativa, para exame e aprovação, o Projeto de Lei anexo, que nos autoriza a ancelar os débitos relativos à Taxa de Pavimentação, de contribuição de melhorias, devidos por pessoas que auferiram renda mensal de até 03 salários de referência.

A medida beneficiará grande número de contribuintes, que se vêem na impossibilidade de quitar tais débitos.

Assim, confiantes em que V. Exa. e seus pares examinarão com acuidade o Projeto apresentado, aprovando-o, manifestamos-lhe os protestos de distinta consideração.

Cordialmente,

DR. MÁRIO RIBEIRO DA SILVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL.

EXMO. SR.

DR. CARLOS PIMENTA DE FIGUEIREDO

MD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

NESTA

HF.





PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.400 - Montes Claros - Minas Gerais



PROJETO DE LEI Nº _____

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CANCELAR OS DÉBITOS RELATIVOS A TAXA DE PAVIMENTAÇÃO, CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Montes Claros decreta e eu sanciono a seguinte Lei: -

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a cancelar os débitos contraídos a favor do Município, relativos a Taxa de Pavimentação Urbana e de Contribuição de Melhoria, inscritos em nome de pessoas, que sejam proprietários de apenas (um) 01 imóvel, e que auferiram mensalmente renda no valor de até (três) 03 salários de referência.

Art. 2º - Os benefícios de que trata esta Lei deverão ser requeridos, no prazo de (noventa) 90 dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 3º - O Requerimento será dirigido ao Sr. Prefeito, acompanhado dos documentos que comprovem a renda do beneficiário, tais como, Carteira Profissional, contra-cheque de recebimento de salários, carnê de aposentadoria e de contribuição.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Montes Claros, 26 de abril de 1.989.

DR. MÁRIO RIBEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 A COMISSÃO DE Legislação e Just. Resol.
 EM 7 DE abril DE 19 89
[Assinatura]
 PRESIDENTE

*A manutenção
 legal e constitucional
 João Gomes*

*É legal e constitucional
 Bracedes
 [Assinatura]*

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR
sem emendas
 EM 29 DE maio DE 19 89
[Assinatura]
 PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO POR
sem emendas
 EM 16 DE maio DE 19 89
[Assinatura]
 PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 A COMISSÃO DE FINANÇAS
 EM 29 DE maio DE 19 89
[Assinatura]
 PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 A COMISSÃO DE Orçamento
 EM 16 DE maio DE 19 89
[Assinatura]
 PRESIDENTE

*A Irenca é justa, sobretudo
 o valor de referência por em-
 re aumentado.*

*Considero justo o presente
 projeto, com redução ao
 baixo valor do limite de
 isenção.*

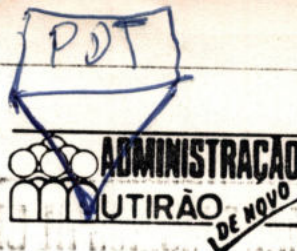
*Seus filhos
 molam do leite
 [Assinatura]*

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR
[Assinatura]
 EM 29 DE maio DE 19 89
 PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO POR
[Assinatura]
 EM 16 DE maio DE 19 89
 PRESIDENTE

PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.400 - Montes Claros - Minas Gerais



PROJETO DE LEI Nº _____

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CANCELAR OS DÉBITOS RELATIVOS A TAXA DE PAVIMENTAÇÃO, CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Montes Claros decreta e eu sanciono a seguinte Lei: -

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a cancelar os débitos contraídos a favor do Município, relativos a Taxa de Pavimentação Urbana e de Contribuição de Melhoria, inscritos em nome de pessoas, que sejam proprietários de apenas (um) 01 imóvel, e que auferiram mensalmente renda no valor de até (três) 03 salários de referência.

Art. 2º - Os benefícios de que trata esta Lei deverão ser requeridos, no prazo de (noventa) 90 dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 3º - O Requerimento será dirigido ao Sr. Prefeito, acompanhado dos documentos que comprovem a renda do beneficiado, tais como, Carteira Profissional, contra-cheque de recebimento de salários, carnê de aposentadoria e de contribuição.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Montes Claros, 26 de abril de 1.989.

DR. MÁRIO RIBEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal





Câmara Municipal de Montes Claros

EMENDA MODIFICATIVA

O Vereador infra-assinado, na forma regimental, apresenta a seguinte emenda ao projeto-de-lei que dispõe sobre o cancelamento de débitos relativos a taxa de pavimentação urbana, contribuição de melhoria e outras providências :-

EMENDA - Que seja elevado de tres (03) para cinco (05) salários de referência o limite de renda mensal previsto no Artigo 1º do referido projeto.

Sala das sessões, 04 de maio de 1989.


Vereador Gilmar Ribeiro dos Santos

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE Legislação
e Justiça
EM 09 DE maio DE 19 89

PRESIDENTE

*É legal, e
constitucional
Orelley*

*É legal e constitucional
Braz*

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE Finanças
EM 09 DE maio DE 19 89

PRESIDENTE

*A maioria e legal
e constitucional
Zélio / Zélio*

*Somente foi aprovado
quorum*

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
REJEITADO EM _____ DISCURSSÃO POR
EM 16 DE maio DE 19 89

PRESIDENTE



Câmara Municipal de Montes Claros

EMENDA

O Vereador infra-assinado, na forma regimental, apresenta a seguinte Emenda ao projeto-de-lei que dispõe sobre o cancelamento de débitos relativos a taxa de pavimentação, contribuição de melhoria e dá outras providências :-

EMENDA MODIFICATIVA - que seja elevado de tres (03) para oito (08) salários de referência o limite de renda mensal previsto no Art. 1º do referido projeto.

Sala das sessões, 04 de maio de 1989.


Vereador Cláudio Pereira

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE Assessoria
e jurídica
EM 19 DE maio DE 19 89

PRESIDENTE

É legal e constitucional
Guaracema

É legal e constitucional
Chadley

A mudança é legal
e constitucional
Guaracema

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE FINANÇAS
EM 19 DE maio DE 19 89

PRESIDENTE

Sou por pela aprovação da
mudança em virtude do
valor ~~menor~~ ^{um pouco} baixo dos valores
de execução das outras
mudanças e do projeto
original.

Leovando Nogueira

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
CITADO EM _____ DISCURSSAO POR
16 DE maio DE 19 89

PRESIDENTE



Câmara Municipal de Montes Claros

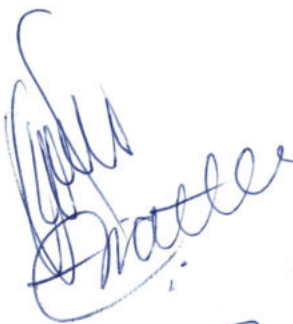
EMENDA

O Vereador infra-assinado, na forma regimental, apresenta a seguinte Emenda Modificativa ao Projeto-de-Lei em tramitação nesta Casa, que dispõe sobre o cancelamento de débitos relativos a taxa de pavimentação, contribuição de melhoria e outras providências :-

EMENDA - que seja elevado de tres (03) para quatro (04) salários de referência o limite de renda mensal previsto no Art. 1º do referido projeto.

Sala das sessões, 09 de maio de 1989.

Vereador  José Gonzaga Pereira


Manoel
B.H.
Ome Gr B
Pardosa

J. P.
Heil

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE Legislação
EM 09 DE maio DE 1989
[Assinatura]
PRESIDENTE

A emenda é
legal e constitucional

Natth

É legal e constitucional
Braccida

A matéria é legal
e constitucional
Juiz

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE Finanças
EM 09 DE maio DE 1989
[Assinatura]
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
REJEITADO EM DISCURSSAO POR
EM 16 DE maio DE 1989
[Assinatura]
PRESIDENTE